



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
Avenida José Grilo, nº 426, Centro – CEP 29370-000
Tel: (28) 3547 1356

DECRETO Nº 4.394/2022

APROVA O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI PARA O EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, no Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 1.524/2012 de 03/01/2012, regulamentada pelo Decreto nº 2.159/2013 de 14/05/2013; Instrução Normativa n. 002/2013, aprovada pelo Decreto n. 2.171/2013 e o Manual Técnico de Auditoria Interna, aprovado pelo Decreto nº 2.988/2017, que dispõem sobre o Plano Anual de Auditoria Interna;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o **Plano Anual de Auditoria Interna** para o exercício de 2023 que dispõe sobre as necessidades de gerência e planejamento dos trabalhos de Auditoria a ser desenvolvida pela Unidade Central de Controle Interno.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Conceição do Castelo – ES, 13 de dezembro de 2022.

Assinado digitalmente por CHRISTIANO
SPADETTO:00375556770
DN: cn=CHRISTIANO
SPADETTO:00375556770, c=BR,
o=ICP-Brasil, ou=Certificado PF A1,
email=chrisspeditto@gmail.com
Data: 2022.12.13 09:26:37 -03'00'

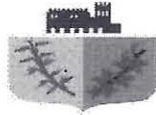
CHRISTIANO SPADETTO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA PAAI/2023

2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

1 – INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), da Unidade Central de Controle Interno (UCCI), do município de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo, define o planejamento dos procedimentos de auditorias e controles que serão realizados durante o exercício de 2023.

No PAAI do exercício de 2021/2022 inicialmente havia sido elaborada a matriz de risco com a finalidade de identificar as principais áreas a serem auditadas. Porém, posteriormente, foi constatado que relevantes pontos de controle estabelecidos na IN 68/2020 do TCEES, não haviam sido contempladas, razão pela qual, no decorrer do ano, o planejamento da UCCI foi alterado, conforme Decreto Municipal nº. 4295/2022, publicado em 06 de setembro de 2022.

Sabe-se que o PAAI é um instrumento que direciona a UCCI em suas atividades e em paralelo científica o gestor sobre as ações a serem executadas ao longo do exercício financeiro. Não é um documento imutável, faz parte de um processo de transparência e de comunicação com os colaboradores internos e externos. Desse modo, poderá, no decorrer do exercício de 2023, sofrer adequações em virtude de medidas que necessitem esclarecer questões conflitantes e/ou sanar irregulares.

As análises da Auditoria Interna têm por finalidade precípua esclarecer questões conflitantes e irregulares, cientificando aos auditados da importância em submeter-se às normas vigentes. A perspectiva da UCCI para o ano de 2023 será de trabalhar com planejamento proativo como o intuito de apresentar um resultado que contribua efetivamente com a sociedade.

Sempre que oportuno, são realizadas ações preventivas, ao tempo do ato, processo ou procedimento, visando atenuar possíveis impropriedades na execução dos sistemas; e as auditorias analisam os procedimentos após a sua realização, e buscam conferir se os princípios básicos da Administração Pública e demais normatizações pertinentes foram devidamente aplicadas.

Com base nas orientações do TCEES, a UCCI elaborará o cronograma de atividades para o ano de 2023 voltado especialmente para a realização de auditorias internas que visem o atendimento dos pontos de controle de maior relevância estabelecidos na IN 68/2020 (com suas alterações), objetivando emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas (PCA), bem como, para que, colocando em termos simplificado, fique demonstrado de forma



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

transparente a utilização dos recursos e bens públicos que foram recebidos pelo ente municipal no ano de 2023 – probidade na aplicação dos recursos públicos.

A Prestação de Contas (PCA) é uma atividade que deve ser agregada ao Plano de Ação das Atividades do Controle Interno. A certificação ou assecuração da PCA durante o exercício deverá ser realizada através de Auditoria de Conformidade e Auditoria Financeira. "A Auditoria é o exame **independente e objetivo** de uma **situação** ou **condição**, em confronto com um **critério** ou **padrão** preestabelecido, para que se possa **opinar** ou **comentar** a respeito de um **objeto** para um **destinatário** predeterminado".

O documento em referência apresenta a fundamentação legal, estrutura, competência, finalidades e execução das auditorias. O anexo I dispõe sobre o Cronograma de Execução das Atividades das Auditorias Internas e o anexo II sobre o Cronograma Mensal de Execução das Demais Atividades do Sistema de Controle Interno.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal delega aos Órgãos de Controle Interno e Externo o exame da integridade, adequação das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais dos Órgãos da Administração Direta e Indireta, do Poder Executivo e Legislativo, fica instituído e aprovado da seguinte forma o **PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI**, para o exercício de 2023.

2 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Sistema de Controle Interno e as atividades da UCCI são exercidos com base nas disposições legais contidas nos seguintes instrumentos:

- I** - Artigos 31, 70, 71 e 74 da Constituição Federal de 1988;
- II** - Artigos 29, 70 e 76 da Constituição do Estado do Espírito Santo;
- III** - Artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- IV** - Artigos 75 a 80 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- V** - Artigo 113 da Lei Federal 8.666/1993;
- VI** - Artigos 53 e 54 da Lei Orgânica do município de Conceição do Castelo;
- VII** - Lei Municipal nº 1.524/2012 de 03/01/2012, regulamentada pelo Decreto nº 2.159/2013 de 14/05/2013;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- VIII-** Lei Municipal nº 1.523/2012 de 03/01/2012 que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo de Conceição do Castelo;
- IX** - Instrução Normativa nº 002/2013, aprovada pelo Decreto n. 2.171/2013;
- X** – Manual Técnico de Auditoria Interna aprovado pelo Decreto nº 2.988/2017, item 7, subitem 7.1, inciso IV.

3 – DA ESTRUTURA

O Sistema de Controle Interno no município de Conceição do Castelo está em atividade desde o ano de 2013, quando foi criada a UCCI. Atualmente é composta por dois servidores efetivos do Concurso Público 01/2016, no cargo de Auditor Público Interno, sendo: Clécio Eduardo Viana (admitido em 01.02.2017, nomeado pelo decreto nº. 2.838/2017) e Bárbara Ayres Fernandes Fonseca (admitida em 10.02.2020, nomeada pelo decreto nº. 3.518/2020), que atualmente está como Coordenadora Chefe da UCCI (nomeada pela portaria nº. 031/2022). A UCCI é composta por uma estrutura criada para atender às exigências legais da seguinte forma:

I – A Lei Complementar n. 064/2013 alterou a Estrutura Administrativa da Prefeitura de Conceição do Castelo, que passou a contar com a UCCI;

II - A Lei Complementar n. 065/2013 dispõe sobre a criação de 02 (dois) cargos de provimento efetivo denominado "Auditor Público Interno";

III – Através do Concurso Público 001/2016 foi disponibilizada uma vaga para ser ocupada pelo cargo de Auditor Público Interno e uma vaga para cadastro de reserva;

IV – A Lei Complementar n. 065/2013 dispõe sobre a possibilidade de lotação de servidor de provimento efetivo ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo para execução das tarefas administrativas de competência da UCCI.

4 – DA COMPETÊNCIA

A Coordenação da UCCI obedece às seguintes vinculações e/ou subordinações compartilhadas:

I – Ao Prefeito, por força da estrutura organizacional;

II – Ao art. 31 da Constituição Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

III – As atribuições da UCCI estão previstas no art. 5º da Lei Municipal n. 1.524/2012, abrangidas pela Lei 1.523/2012 ao Poder Legislativo no que couber;

IV – Quanto às atividades de auditoria, os trabalhos estão disciplinados na Instrução Normativa n. 002/2013 e no Manual Técnico de Auditoria Interna.

5 – DA FINALIDADE DAS AUDITORIAS

Consiste em seguir os princípios basilares da administração pública, paralelamente, possui função consultiva e objetivo pedagógico no sentido de orientar o gestor com pareceres técnicos. Além disso integra este contexto as seguintes definições:

I - Auditoria Interna constitui um conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos, das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais do auditado;

II – Na seleção das áreas e dos processos a serem auditados serão considerados os aspectos de materialidade, relevância, vulnerabilidade e criticidade pretérita (falhas, erros e outras deficiências anteriores), bem como as recomendações dos órgãos do Sistema de Controle Externo pendentes de implementações, quando existentes;

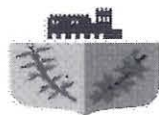
III – A Auditoria Interna apresenta-se com a finalidade de controlar, orientar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito do Poder Executivo e do Poder Legislativo do município de Conceição do Castelo, apoiar o Controle Externo na sua missão institucional assegurando desta forma a regularidade dos atos de gestão;

IV – O PAAI é o documento que orienta os procedimentos para as auditorias internas, especificando as diretrizes de trabalho a serem observadas.

6 – DA EXECUÇÃO DAS AUDITORIAS

Esta fase consiste em seguir os critérios já adotados e fixados nos instrumentos legais, sendo definidos basicamente da seguinte forma:

I – Antes do início da execução das Auditorias Internas, será encaminhado o Ofício de Comunicação de Instauração e/ou TSD – Termo de Solicitação de Documentos pela UCCI, através de Comunicação Interna ao Órgão ou entidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

a ser auditado, com 05 (cinco) dias úteis de antecedência da data designada para o início da auditoria;

II – O Órgão ou Entidade notificada da Auditoria deverá providenciar as informações solicitadas, disponibilizando-as na reunião inicial a ser realizada no início dos trabalhos e informada no ofício e/ou na Comunicação Interna que encaminha o TSD – Termo de Solicitação de Documentos;

III – Toda a documentação disponibilizada pelo Órgão ou entidade a ser auditado, em atendimento às solicitações da UCCI, subsidiará a elaboração dos Papéis de Trabalho e será mantida em arquivo apropriado por período de tempo suficiente para atender as necessidades da auditoria e satisfazer qualquer exigência normativa ou profissional aplicável à manutenção de registros de auditoria;

IV – Após a conclusão de cada auditoria, seus resultados serão levados ao conhecimento dos gestores ou dirigentes das áreas envolvidas para que adotem as providências necessárias no prazo definido pela IN SCI 02/2013, e os pontos não sanados constarão no Relatório de Auditoria, parte integrante da Prestação de Contas Anual e encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

V – A UCCI, fará o acompanhamento da execução das auditorias, bem como dos prazos e providências tomadas pelos Órgãos ou Entidades nas implementações das recomendações constantes do relatório (monitoramento).

As áreas selecionadas para serem auditadas, serão principalmente, as definidas nos no Cronograma de Execução das Atividades das Auditorias Internas (anexo I). No decorrer da execução das auditorias, em se constatando irregularidade que tenha que ser sanada imediatamente, deve o fato ser comunicado ao gestor para as devidas providências. No relatório conclusivo deve ser constado o número do processo e quais providências adotadas.

Além das auditorias planejadas, a UCCI deve ficar atenta a fatos novos e, sendo necessário, principalmente em razão do interesse público, deve ser realizada a abertura de auditoria especial, que será executada simultaneamente aos trabalhos previstos neste Plano.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Na tabela 1 encontra-se demonstrado o total de dias úteis e a carga horária destinados mensalmente para realização dos trabalhos relacionados no anexo I e II:

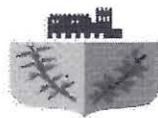
Mês	Total de dias no mês	Sábados/Domingos	Feriados/Recesso/Ponto Facultativo	Total de dias úteis
Janeiro	31	09	00	22
Fevereiro	28	08	01	19
Março	31	08	00	23
Abril	30	10	03	17
Maiο	31	08	02	21
Junho	30	08	01	21
Julho	31	10	00	21
Agosto	31	08	00	23
Setembro	30	09	01	20
Outubro	31	09	01	21
Novembro	30	08	02	20
Dezembro	31	10	02	19
TOTAL DE DIAS ÚTEIS				247
TOTAL DA CARGA HORÁRIA ANUAL DISPONÍVEL				1.482

Tabela1

7 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS ANEXOS

O controle é uma das funções do Estado, de forma que as auditorias são ferramentas que visam garantir que os objetivos e metas dos órgãos sejam alcançados, com eficiência e de acordo com aquilo que foi planejado.

Diante das demandas e exigências legais, a UCCI utilizou como critério para a escolha das atividades a serem executadas, a análise do maior número de pontos de controles na emissão da PCA e os de maior relevância estabelecidos na IN 63/2020 (e suas alterações), com o intuito de minimizar as inconsistências, bem como, para que, além do cumprimento de seu dever legal, seja demonstrado a aplicação dos recursos públicos administrados pelo gestor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Assim sendo, a análise envolverá os pontos de controle da gestão fiscal, financeira, orçamentária, patrimonial, previdenciária e demais atos.

Os demais procedimentos das unidades executoras que não foram abrangidos pelas referidas auditorias, estão sujeitos ao controle preventivo nos termos deste plano, sob coordenação da UCCI.

A UCCI deve agir de maneira preventiva e cumprir com todas as responsabilidades inerentes ao Sistema de Controle Interno, definidas no art. 5º, incisos de I a XXV, da Lei 1.524/2012.

A UCCI poderá utilizar-se de procedimentos complementares àqueles contidos no Anexo II e III e no Manual Técnico de Auditoria Interna, de acordo com outros aspectos que se ajustem as características de cada Unidade Gestora auditada.

A UCCI poderá rever/modificar o Plano Anual de Auditoria Interna de acordo com as necessidades, desde que comunicado aos Chefes do Poder Executivo e do Legislativo. O Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2023, será publicado no Portal da Transparência em atendimento ao princípio constitucional da publicidade nos seguintes endereços eletrônicos:

→ Portal da Transparência:

<https://conceicaodocastelo-es.portaltip.com.br/consultas/controlinterno.aspx>

→ Portal da Controladoria:

<https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/?111/relatorios-da-controladoria>

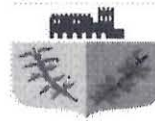
Conceição do Castelo – ES, 13 de dezembro de 2022.

Assinado digitalmente por
BARBARA AYRES FERNANDES
FONSECA:12443822725
DN: cn=BARBARA AYRES
FERNANDES
FONSECA:12443822725, c=BR,
ou=ICP-Brasil, ou=Certificado PF
A1, email=b.ayresf@gmail.com
Data: 2022.12.13 09:36:03 -03'00'

BÁRBARA AYRES F. FONSECA
Coordenadora Chefe da UCCI
Portaria 031/2022

Documento assinado digitalmente
gov.br
CLECIO EDUARDO VIANA
Data: 13/12/2022 09:06:02 -0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

CLÉCIO EDUARDO VIANA
Auditor Público Interno
Matrícula 37626

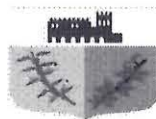


PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AUDITÓRIAS INTERNAS/2022
PREFEITURA MUNICIPAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

Auditoria Interna	Área	Objetivo/Ato Normativo	Período da Auditoria	Prazo de Conclusão
01/2023	Contabilidade Geral (Empenho, Liquidação e Pagamento)	Analisar o cumprimento da Lei 4.320/64 (arts. 60 a 64). Visa atender as exigências contidas na IN 68/2020 do TCEES (item de análise obrigatória), conforme plano amostral de auditoria a ser elaborado. SCI – Sistema de Contabilidade	Janeiro a Dezembro/2023	31/03/2024
////////////////	////////////////	////////////////	////////////////	////////////////
02/2023	Pontos de Controle da IN 68/2020 (com suas alterações)	Analisar os pontos de maior relevância na gestão fiscal, financeira, orçamentária, patrimonial, previdenciária e demais atos, cujos itens avaliados serão definidos no decorrer da instauração das auditorias.	Janeiro a Dezembro/2023	31/03/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

ANEXO II

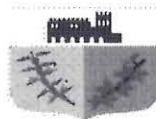
CRONOGRAMA MENSAL DE EXECUÇÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

ORD	Atividades	Período de Execução											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
01	Acompanhamento da aplicação da lei nº 2.369/2022 – LDO/2023, (art. 21).	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
02	Acompanhamento do envio do controle de frotas pelas secretarias ao Setor de Transportes, em atendimento ao Acordão 0119/2021-1 e Processo 08045/2014-9 do TCEES, das medidas de identificação dos veículos (adesivagem/plotagem oficial nos termos da lei municipal) e reestruturação do atual modelo de controle.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
03	Acompanhamento dos índices constitucionais da Saúde, Educação e Fundeb.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
04	Acompanhamento do cumprimento das obrigações da 4º fase do e-Social (Eventos de Saúde e Segurança do Trabalhador - SST)	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
05	Acompanhamento e participação na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO/2024 (até o envio ao Poder Legislativo).	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
06	Acompanhamento e participação na elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA/2024.	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-
07	Acompanhamento nas contratações temporárias através de processo seletivo e/ou outro instrumento legal.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
08	Análise das metas bimestral de arrecadação.	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

09	Análise do art. 167-A da CF/88 (relação entre despesas correntes e receitas correntes e possibilidade de adoção de mecanismo de ajuste fiscal).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
10	Análise dos processos de aquisição por Dispensa e/ou Inexigibilidade de Licitação.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
11	Atendimento aos Órgãos de Controle Externo (TCEES, TCU, Ministério Público de Contas do TCEES, Ministério Público Estadual e Federal).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
12	Atendimento às solicitações (e-Sic/e-Ouv).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
13	Avaliação do Sistema de Controle Interno.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
14	Continuidade na implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
15	Atualização/adequações da Carta de Serviços ao Usuário.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
16	Elaboração de relatório apresentando/demonstrando os trabalhos realizados pela UCCI no exercício de 2023.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
17	Elaboração do relatório de gestão da ouvidoria.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
18	Elaboração do relatório e parecer conclusivo exigidos pela IN TCEES 68/2020 (Poder Executivo e Legislativo).	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	Elaboração do relatório mensal de execução das atividades desenvolvidas pela UCCI.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
20	Execução das auditorias previstas conforme Plano Amostral de Auditoria.												
21	Monitoramento das recomendações emitidas nas auditorias.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
22	Participação em treinamentos, cursos e seminários de formação na área de controle interno, conforme a disponibilização (TCE, TCU e demais Órgãos).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

23	Verificação ao atendimento do art. 83, inciso III da Lei Orgânica Municipal.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24	Verificação da publicação das metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2022.	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25	Verificação das publicações contábeis obrigatórias (bimestral e semestral – RREO e RGF).	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
26	Verificação do conteúdo e das publicações para atender ao Portal Nacional de Transparência Pública - PNTP (Executivo e Legislativo).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
27	Verificação do conteúdo e das publicações para atender ao Índice de Transparência da Gestão Pública - ITGP.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
28	Verificação do repasse do duodécimo para o ano de 2023 (Conferência dos cálculos para repasse).	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
29	Verificar se os pagamentos de contratos de prestação de serviços constam relatório e/ou comprovação pela execução.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
30	Acompanhamento das recomendações enviadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) no decorrer do exercício financeiro.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
31	Reiterar/Acompanhar a instituição da Taxa de Coleta de Lixo, em cumprimento a lei 14.026/2020, e monitorar a sua cobrança.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
32	Continuidade das ações relativas ao programa e-Prevenção.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
33	Continuidade das ações relacionadas ao Decreto nº. 10.540/2020, com elaboração de Instruções Normativas e fiscalização para cumprimento da uniformização dos dados contábeis – SIAFIC.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
34	Acompanhamento da Tomada de Contas Especial nº. 01/2022 e envio ao Ministério Público de Contas.	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
35	Apoio/assessoramento na implantação e aplicação da nova lei de licitações e contratos administrativos (14.133/2021).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
36	Demais atividades não especificadas anteriormente.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Assinado digitalmente por
BARBARA AYRES FERNANDES
FONSECA:12443822729
DN: cn=BARBARA AYRES
FERNANDES
FONSECA:12443822729, c=BR,
o=ICP-Brasil, ou=Certificado PF
A1, email=b.ayresff@gmail.com
Data: 2022.12.13 09:42:04 -0300'



Documento assinado digitalmente
CLECIO EDUARDO VIANA
Data: 13/12/2022 09:02:21-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>